

A Praça de Touros do Campo Pequeno nas Avenidas Novas de Lisboa

The Campo Pequeno Bullring in Lisbon's Avenidas Novas

RAQUEL HENRIQUES
DA SILVA
MARGARIDA ELIAS*

Instituto de História da Arte,
Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade
de Lisboa, Colégio Almada
Negreiros, Campus de
Campolide, Lisboa, Portugal
* elias.margarida@gmail.com

Resumo

Este artigo resulta de uma investigação efetuada sobre a Praça de Touros do Campo Pequeno, inaugurada em 1892, e, desde logo, considerada um dos edifícios mais emblemáticos da cidade de Lisboa. Apesar da história desta praça já ter sido abordada por outros autores, este artigo aprofunda esses estudos, sob a perspectiva da história da arte do final do século XIX, quer sob o ponto de vista da análise da arquitectura revivalista do edifício, quer sob o ponto de vista da sua integração num bairro lisboeta que estava então a ser planeado, as Avenidas Novas. Como peça de arquitectura em si mesma, a Praça de Touros tem poucos paralelos contemporâneos, quer ao nível nacional, quer internacional, inter cruzando, com originalidade um revivalismo estilístico de matriz romântica, com elementos de modernidade, expressos no tijolo e no ferro que materialmente lhe dão corpo.

Abstract

This article is the result of an investigation about the Bullring of Campo Pequeno, which was inaugurated in 1892, being today one of the most emblematic buildings of the city of Lisbon. Although the history of this building has already been approached by other authors, this is a theme that is worth to be developed from the point of view of the history of art and the history of the 19th century, both from the point of view of the analysis of the revivalist architecture of the building, either from the point of view of its integration into a Lisbon area that was then being planned, the Avenidas Novas. In addition, the relevance of this building should be emphasized, in particular since it has few contemporary parallels, both at national and international level; and also, because its construction with brick and iron was an element of modernity that must be underlined. Furthermore, this study is a contribution to the field of Olisipography, which is specialised study in Lisbon's history.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitectura
Olisipografia
Orientalismo
Revivalismo
Urbanismo

KEYWORDS

Architecture
Olisipography
Orientalism
Revivalism
Urbanism

Introdução

"Porque para mim e para os homens do meu tempo o que é afinal Lisboa?"

É ainda aquela cidade triste e suja que há vinte anos conhecíamos quando éramos adolescentes, com os seus saguões imundos, os pregões estridentes das suas peixeiras, a sopa, a vaca e o arroz do seu jantar das 4, o Passeio Público aos domingos com a sua turba de mulheres magras e feias, as touradas do Campo Pequeno com o Peixinho Pai – a Judia em D. Maria e o Fontes no poder. Por mais que no-la renovem ela fica sendo sempre para nós essa velha Lisboa (...)

Em vão reconhecemos que ela se transforma e se torna bela (...) apenas experimentamos uma vaga surpresa a que não é estranho um igualmente vago despeito." [1]

O excerto memorialista do escritor republicano João Chagas (1863-1925) vem recordar, através da vivência do autor, que, na década de 1870 (antes da demolição do Passeio Público, em 1879) a ida às touradas no Campo Pequeno é anterior à edificação da actual Praça de Touros e convivia com as corridas na praça de madeira do Campo de Santana, demolida em 1889. A antiguidade das touradas no Campo Pequeno – e ainda que a memória setecentista da praça de touros de madeira se tivesse perdido no século seguinte – sugere que as cidades e a História agem sobre uma espécie de memória inconsciente e ativante que deve ser convocada quando se indagam as marcas de grande imaginabilidade urbana [2], como é, em Lisboa, a Praça do Campo Pequeno, inaugurada em 1892 – e que é hoje uma das edificações mais carismáticas da cidade de Lisboa.

Construída nas Avenidas Novas, cujo plano de urbanização fora aprovado em 1889, este edifício logo chamou a atenção de diversos autores que sobre ele se pronunciaram, desde escritores, aficionados em tauromaquia, passando também por olisipógrafos e, mais recentemente, historiadores de arte. As apreciações iniciais não foram muito positivas, como se pode observar na opinião expressa pelo escritor Fialho de Almeida (1857-1911) que, na publicação *Os Gatos*, depois de ter visto o edifício ainda por acabar (sem as cúpulas), se mostrou desagradado com “as altíssimas muralhas”, que lhe davam a “impressão d’irmos vêr correr touros dentro d’um poço” [3]. N’O *António Maria* [4], do caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), afirmou-se que a “praça do Campo Pequeno foi construída sob a impressão directa d’algumas praças hespanholas”, considerando que se deveria ter apostado numa arquitectura mais nacional. Note-se, porém, que a posição crítica destes autores era comum na época em relação a todo o tipo de ecletismos, manifestando também, uma reivindicação do nacionalismo na arquitectura que encontrava espaço de inscrição na crise política e cultural que se desenvolveu no rescaldo do *Ultimatum* britânico de 1890.

Com o tempo, a má impressão inicial foi-se desvanecendo. Em 1938, o escritor e jornalista Norberto de Araújo (1889-1952), nas *Peregrinações em Lisboa*, considerou que a Praça

era “bonita, decorativa” [5]; três anos passados, no jornal *O Século* [6], alvitrava-se que ela era “uma das mais belas da Península”. Recentemente, os historiadores de arte e da arquitectura portuguesa também se pronunciaram favoravelmente sobre o edifício. Em *A Arte em Portugal no Século XIX*, no capítulo que versa sobre “Lisboa, 1880”, José-Augusto França (n. 1922), com perspicácia, afirmou que só “a imponente Praça de Touros do Campo Pequeno contraria tanta modéstia, com o seu estilo árabe a imitar o da praça de Madrid, e com o seu conseqüente movimento de volumes e a boa consciência dos valores coloridos do tijolo” [7].

Mais recentemente, Raquel Henriques da Silva acrescentou que, numa época de revivalismos, a escolha do “estilo árabe” era um sinal de cosmopolitismo e simultaneamente uma manifestação de “leitura romanceada da História”: “Era o que propunha aquele anfiteatro, evocando os circos romanos e, ao mesmo tempo, a cor, os materiais e a decoração dos palácios e mesquitas mouras” [8]. Anos antes, a mesma historiadora de arte abordara a Praça do Campo Pequeno na sua tese de mestrado sobre *As Avenidas Novas de Lisboa: 1900-1930* [1]. O tema foi ainda desenvolvido nas teses de doutoramento de Regina Anacleto, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa: 1780-1924* [9], e Maria Calado, *A Cultura Arquitectónica em Portugal: 1880-1920: Tradição e Inovação* [10]; e ainda no livro de António Morais, intitulado *A Praça de Toiros de Lisboa* [11], importante obra de referência para este tema.

O Campo Pequeno antes da Praça de Touros

Em 1837, a rainha D. Maria II (1819-1853) assinou uma lei em que ordenava que as corridas de touros a acontecerem em Lisboa, quando não fossem gratuitas, teriam de ser organizadas pela Real Casa Pia de Lisboa, fundada em 1780. Contudo, ainda antes desse decreto, já se procedera à construção da Praça de Touros do Campo de Santana, inaugurada em 1831 (que sucedia à do Salitre, existente até 1830). No ano de 1888, esta praça foi encerrada, sendo decidida a sua demolição, o que viria a acontecer no ano seguinte. Ainda antes da demolição, em 1866, projetou-se uma praça para o terreno do Palácio da Quinta de Santa Bárbara, perto de Arroios, desenhada pelo arquitecto Valentim José Correia (1822-1900), mas que não se concretizou. Segundo a revista *O Ocidente* [12], as razões da demolição da Praça de Santana deviam-se ao “estado de ruína em que se achava”, mas a sua ausência iria privar a cidade do seu divertimento “mais nacional”.

Logo em 1888, a Casa Pia decidiu mandar construir uma nova praça e para isso solicitou à Câmara de Lisboa a concessão do “baldio denominado geralmente ‘o Campo Pequeno’ no centro do qual se pode construir com todos os aperfeiçoamentos modernos, um formoso edifício dando novo aspecto àquele largo” [1]. Tratava-se de um amplo território de preços acessíveis, pelo que o Ministério do Reino autorizou a construção da Praça nesse local, e, em fevereiro de 1889, a Câmara de Lisboa cedeu-o gratuitamente

[11]. A futura praça ficava assim incluída no projeto geral dos melhoramentos da capital, conduzidos pelo engenheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911), chefe da Repartição Técnica da Câmara, entre 1874 e 1909. Mais especificamente, a nova praça no Campo Pequeno tornava-se parte integrante do plano das Avenidas Novas, que nesta altura estava a acabar de ser projectado.

O plano das Avenidas destinava-se a urbanizar um largo espaço entre a actual Praça do Duque Saldanha e Entre Campos, sendo delineado um projeto de urbanismo com aspetos progressistas, dentro de uma matriz geométrica de base ortogonal, com ruas largas, passeios arborizados e jardins. O plano final foi aprovado em 1889, o que significa que muito pouco existia quando foi inaugurada a praça de touros (1892). Um aspeto relevante, ao qual voltaremos, é que o plano das Avenidas Novas, de Ressano Garcia, não enunciava princípios normativos em termos de arquitectura, o que permitiu que cada promotor pudesse fazer a opção estética que mais lhe convinha, dando abertura para a construção de edifícios de gosto eclético, marcados “por revivalismos vários, pelos exotismos e pelos ruralismos” [8].

É de sublinhar a escolha do Campo Pequeno para localização da nova praça de touros, que se inscrevia em antigas tradições e práticas continuadas, confirmando quanto, na cidade histórica, o presente se delineia numa cadeia imprecisa de longa duração [13]. O Campo Pequeno era “desde há séculos (...) logradouro público” onde, no século XVIII, já se tinha construído uma praça de touros

rudimentar e de madeira [5]. As primeiras touradas no local realizaram-se em 1741; em 1760, fez-se uma corrida assistida pela família real. A mesma vocação é confirmada pela toponímia, pois “Campo Pequeno” era o recinto situado em frente do Palácio das Galveias, terreno murado em que ficavam os touros posteriormente lidados na Praça de Santana [9]. Estas são causas próximas e aparentemente suficientes, mas interessa valorizar a ‘causa de inscrição’: a tradição do uso do Campo Pequeno na época de elaboração dos rituais da tourada como chegaram até nós.

Recuando no tempo, interessa realçar que este lugar era ainda um espaço predominantemente rural. O principal (e praticamente único) edifício que aqui existia era o Palácio Távora-Galveias, construído, “como casa de campo, na primeira metade do século XVII por um dos Távoras, talvez António Luís” (f. 1668). Neste Palácio se refugiaram os Távoras após o Terramoto de 1755, mas, em 1769, por efeito da sentença condenatória no processo do atentado contra D. José, a propriedade foi confiscada pelo Estado. Em 1801, foi adquirido por D. João de Almada de Melo e Castro (f. 1814), Conde das Galveias, sendo vendido, “já em lastimável abandono”, no final do século XIX, ao capitalista Brás Simões, numa situação de progressiva ruína, até ser adquirido e restaurado, pela Câmara, entre 1928 e 1931 – data da inauguração do Arquivo, Biblioteca e Museu Municipais [14].

O Campo Pequeno surge assinalado no mapa de Lisboa de 1807, de Duarte Fava (1772-1826), que se refere ao Palácio Galveias como “Quinta de D. João de Almada” (Figura 1) [15].



Figura 1. Duarte José Fava, “Carta topographica de Lisboa e seus suburbios compreendendo na sua maior extensão desde o Convento dos Religiosos Barbadinhos Italianos até a Bateria do Bom Successo e na maior largura desde o Terreiro do Paço até o Campo Pequeno / levantada no Anno de 1807 (...)”. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas, 1831. Publicada in Augusto Vieira da Silva, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, Planta N.º 6. Imagem da Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt/27804>), cons. 2 de julho de 2020. Nesta figura, assinalámos com um círculo o Campo Pequeno.

Nessa altura o local ainda estava fora dos limites da cidade, sendo integrado mais tarde, com a Carta de Lei de 18 de julho de 1885, que duplicou a área de Lisboa. Este alargamento dos limites pode ser observado na “Planta da cidade de Lisboa e seus arredores” (Figura 2), que, porém, ainda apresenta a cidade com o povoamento concentrado junto ao rio [16], isto é, sem o avanço para norte que só se irá concretizar depois desse ano. Data de 1887, fruto do trabalho de Ressano Garcia e da sua equipa, o projeto de abertura da avenida que iria ligar a Praça Marquês de Pombal ao Campo Grande, que, por sua vez, corresponderia a dois planos: o das ruas adjacentes ao futuro Parque da Liberdade e ao da Avenida das Picoas ao Campo Grande, planos esses concluídos em 1888 [16-17]. Note-se que na “Planta geral da zona da Avenida das Picoas ao Campo Grande e ruas adjacentes”, de 14 de novembro de 1888, a praça do Campo Pequeno vem assinalada já com a forma que irá manter, mas sem mencionar qual seria a sua utilização [16]. Uma “Planta Parcial da Cidade”, datada de 1903 (Figura 3), assinada por Ressano Garcia, apresenta o lugar já inserido no plano das Avenidas Novas e com a Praça de Touros edificada, tendo ao norte o Campo Grande, onde se pensava criar um bosque ou parque florestal [17].

Como podemos observar no “Levantamento” de Júlio Silva Pinto [18] (Figura 4), poucas casas tinham sido construídas junto da Praça de Touros. O Campo Pequeno era ainda um espaço eminentemente rural, com várias quintas, onde, em termos de edificado, se destacava o Palácio Galveias, que na altura estava meio-arruinado, mas também a recente Fábrica

de Cerâmica Lusitânia e algumas habitações dispersas [19]. Antes de abordarmos o edifício da Praça, convirá relembrar que o lugar do Campo Pequeno era um terreno rico em barro, sendo essa uma das razões porque, cerca de 1900-1902, foi aqui edificada a Fábrica de Cerâmica Lusitânia do Arco do Cego, que já fora fundada em 1890 (inicialmente situada em Picoas), e que recebeu uma “encomenda monumental de tijolos para a construção da Praça de Touros” [20]. Aliás, relativamente à localização da fábrica, escreveu Isabel Cameira que o seu fundador, Sylvain Bessière (f. 1919), “percebeu que a Estrada do Arco do Cego constituiria um eixo viário de extrema importância, ao permitir a ligação entre o perímetro interno da cidade e os seus arredores (...)” [20]. Note-se que o terreno da fábrica era o da Quinta da Palmeira de Baixo, que pertencia ao próprio Bessière. Para além desta fábrica, nesta zona se estabeleceram outras indústrias, nomeadamente ligadas aos têxteis de algodão e lanifícios, sendo construído o Mercado Geral de Gados, mais a norte (Entrecampos) (1888).

Para o enquadramento da Praça, é de acrescentar que, em 20 de Maio de 1888, foi aberta à exploração pública o troço entre Benfica, Sete Rios, Chelas e Xabregas, na linha férrea urbana de Lisboa, que previa uma estação no Campo Pequeno [21]. Antecipava-se que essa estação viria a ter importância por ser um “frequentadíssimo ponto das cercanias de Lisboa” [22]. A ideia de uma linha de cintura urbana, para ligar a estação de Santa Apolónia a Benfica, apareceu formulada logo em 1884; o projeto foi realizado por Ressano Garcia, incumbido



Figura 2. “Planta da cidade de Lisboa e seus arredores”. Lisboa: Litografia Malta C^a (1885?). Imagem da Biblioteca Nacional Digital, cons. 2 de julho de 2020. Nesta figura, assinalámos com um círculo o Campo Pequeno.



Figura 3. Frederico Ressano Garcia, “Planta da Praça do Comércio ao Campo Grande”, 29 de dezembro de 1903 [Manuscrito]. Arquivo Municipal de Lisboa, Cx. 92 DSU, Planta 6236. Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/02024. Imagem do Arquivo Municipal de Lisboa, cons. 8 de julho de 2020. Nesta figura, assinalámos com um círculo o Campo Pequeno.

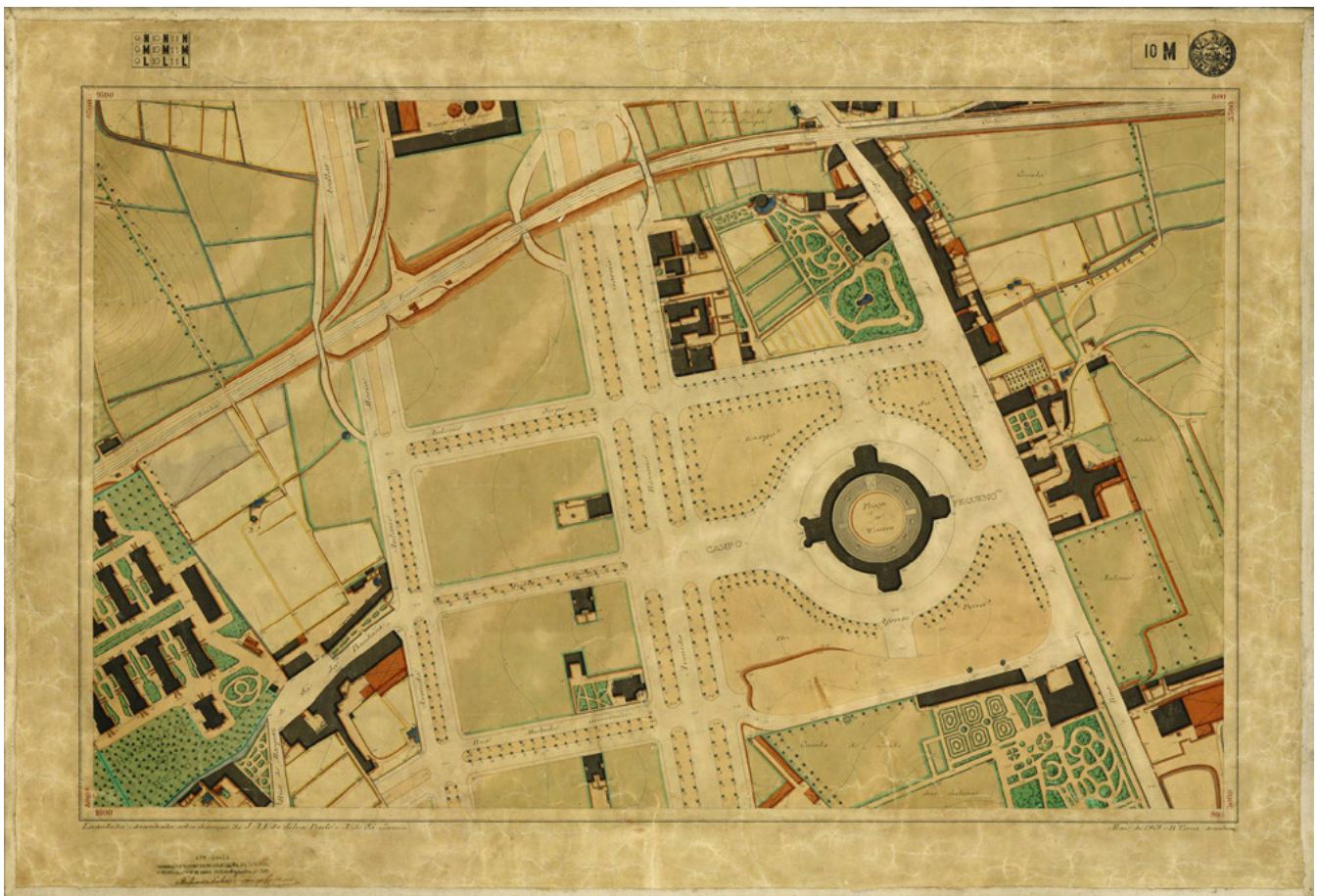


Figura 4. Júlio António Vieira da Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, *Levantamento da Planta de Lisboa*, 1904-1911. Folha 10 M, maio 1908. Arquivo Municipal de Lisboa, Levantamentos topográficos, Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/128. Imagem do Arquivo Municipal de Lisboa, cons. 8 de julho de 2020.

da direcção dos trabalhos de construção de linha, sendo aprovado pelo alvará régio de 7 de julho de 1886 [16]. Devemos acrescentar que no Campo Pequeno também se realizavam exercícios militares, o que reforçava a necessidade de haver

aqui um apeadeiro para o comboio [23-24]. A questão da linha férrea tem interesse, porque, como veremos, a abertura do apeadeiro nesta zona iria ser um argumento a favor da localização da nova Praça de Touros.

A Praça de Touros: do projecto à construção

A Casa Pia pretendia construir uma praça semelhante à de Madrid, dirigindo em 29 de agosto de 1888 uma carta ao Hospital Geral dessa cidade, pedindo a autorização para aquisição do projeto da praça espanhola. Em fevereiro de 1889, deu entrada na Casa Pia uma cópia desse projeto, incluindo esclarecimentos, plantas, alçados e cortes, enviada pela proprietária da praça, por intermédio do cônsul português. Tratava-se da Praça da Carretera de Aragón, inaugurada em 1874 (e demolida em 1934), desenhada, em estilo neomudéjar, pelo arquitecto Emílio Rodríguez Ayuso (1845-1891) em colaboração com o arquitecto Lorenzo Alvarez y Capra (1848-1901) [25] (Figura 5). Segundo o “Relatório da Administração da Real Casa Pia relativo ao Ano económico de 1889-1890”, tendo na sua posse o projeto madrileno, este foi enviado, em 1889, pela Casa Pia para a Repartição Técnica da Câmara, o que correspondia a uma das cláusulas feita por esta entidade na altura da cedência do terreno: “que o projeto da praça será submetido á aprovação da mesma camara e sem ella não poderá realisar-se a construção (...)” [11]. O assunto arrastou-se até ser aceite a oferta do condutor de trabalhos da 1.ª secção técnica do município, o arquitecto António José Dias da Silva (1848 -1912), “que espontaneamente se prestava a fazer o plano e orçamento da praça, sem renumeração, facultando-se-lhe para esse fim os planos da praça de Madrid”.

Há aparentemente duas versões dos acontecimentos, relativamente à contratação de Dias da Silva pela Casa Pia: a que vem nas memórias do bandarilheiro Joaquim Peixinho (f. 1893), citadas por Pepe Luís (pseudónimo de José Luís Ribeiro, 1890-1962) [26]; e outra enunciada nos “Relatórios”.

Nas memórias pode ler-se que “Nos meados de setembro de 1889, José Peixe levou à presença do director da Casa Pia o arquitecto Dias da Silva que, por sua vez, era portador do projeto duma praça de toiros que se pensava construir em Queluz”. No Relatório relativo ao Ano económico de 1889-1890, lê-se que em meados de setembro o arquitecto entregou o plano e orçamento [11]. Apesar de haver sobreposição de datas, ambas as versões confirmam o essencial: Dias da Silva realizou o projeto de arquitectura, depois de conhecer e também se distanciar do desenho espanhol. Em setembro de 1889, o arquitecto entregou as peças desenhadas para apreciação, sendo o plano aprovado em abril do ano seguinte pelo Ministério da Instrução Pública e Belas Artes. O caderno de encargos estava concluído desde fevereiro de 1890, sendo este digno de nota, pois foi efectuado com grande detalhe, tendo 126 condições, que cumpriam os formulários habituais em relação aos materiais, dando também indicações para diversos elementos da construção e até para o mobiliário.

Iremos deter-nos na biografia do arquitecto da nova praça de touros, António José Dias da Silva [7, 27-29]. Nascido em Lisboa e filho do pintor José António Dias da Silva, fez o curso de arquitectura em Lisboa, terminado em 1868, e trabalhou com o arquitecto Miguel Evaristo no Teatro da Trindade e na Casa dos Duques de Palmela em Cascais. Desde 1872 que pertenceu aos quadros técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, sendo nomeado desenhador de 1.ª classe da Repartição Técnica em 1883. Da sua obra, destacam-se ainda o Teatro da Rua dos Condes com um salão-bufete neoárabe (1888) e a Igreja Paroquial de Reguengos de Monsaraz em estilo neogótico (1888-1912). Foi ainda autor de algumas casas de habitação, como, por exemplo, uma moradia neoárabe na Rua do Conde de Redondo (1900) e uma casa na Rua José



Figura 5. Emílio Rodríguez Ayuso e Lorenzo Alvarez y Capra, *Plaza de Toros para Madrid*. Proyecto. Cópia de Janeiro de 1889. Imagem da Casa Pia de Lisboa / Centro Cultural Casapiano / Arquivo de imagem.

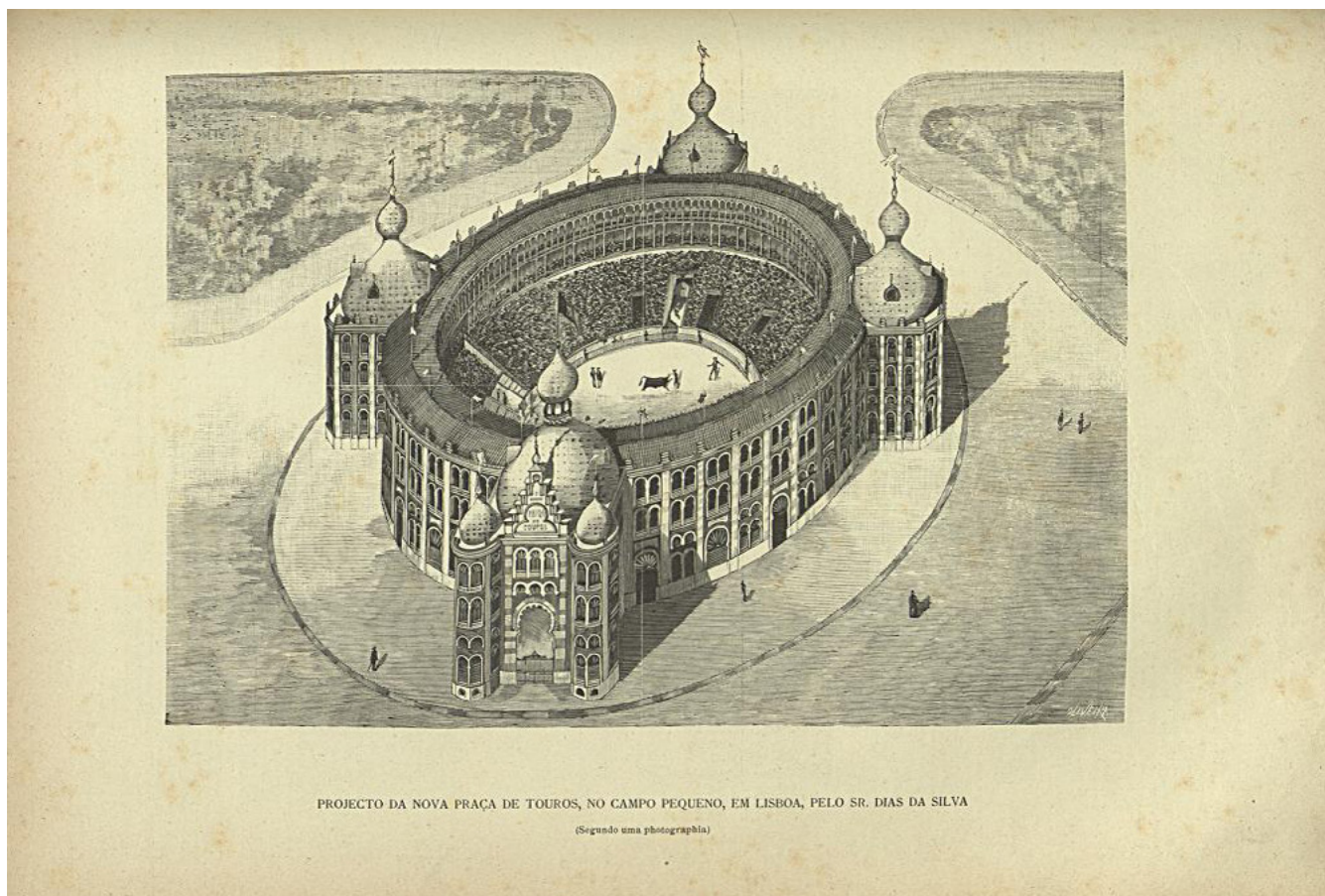


Figura 6. "Projecto da Nova Praça de Touros, no Campo Pequeno, em Lisboa, pelo sr. Dias da Silva". In *O Ocidente*, N.º 452, 11 de julho de 1891, p. 156. Imagem da Hemeroteca Digital (http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1891/N452/N452_item1/P4.html), cons. 9 de julho de 2020.

Estevão (1902), para além de um *chalet* em Cascais, a Casa Silva Leitão (1902).

No ano de 1891, foi publicado o opúsculo "Praça de Touros do Campo Pequeno. Projeto Dias da Silva" [11], onde se fez uma apresentação do plano, que se julgava ser "bem elaborado", "grandioso e monumental" (Figura 6). Este opúsculo poderia ter a finalidade de angariar investidores, procedimento que era corrente em Paris, por exemplo. Previa-se um corpo circular com 80 m de diâmetro, com 18 m de altura, e quatro torreões nos eixos longitudinal e transversal, cada um assinalando um dos pontos cardeais. O torreão da fachada principal, situada a poente, iria olhar "paralelamente para a projectada avenida das Picôas ao Campo Grande", sendo a sua cúpula a mais elevada das quatro previstas, com 30 metros de altura e um mirante que ofereceria um "magnífico panorama da cidade e Tejo." Esse torreão comunicava com a Tribuna Real, precedida por um salão. Além dessa Tribuna, existiriam ainda vinte camarotes grandes, seis pequenos, outros camarotes com diferentes finalidades e catorze bancadas de sol e sombra, num total de 11.100 lugares.

No mesmo opúsculo, contava-se que o exterior era "architectado em estylo arabe", sendo esta uma "escolha acertadíssima e justificada, por ser o estylo adaptado á época a que remontam as corridas de toiros; motivo pela

qual foi também preferida esta fôrma architectonica na grandiosa praça de Madrid, que é mais vasta, porém menos monumental, que a projectada no Campo Pequeno (...)." No que respeita à localização da praça do Campo Pequeno, o opúsculo assumia que era grande a distância relativamente ao centro da cidade de Lisboa, mas contava-se com o apeadeiro de caminho de ferro, no Campo Pequeno, e afirmava-se que "ficará a menor distancia do que ha entre a Real praça de Madrid e a Puerta del Sól"; isto para além de "dotar a capital com um edificio monumental e digno de ser visitado." Para além da referência ao estilo árabe, que adiante desenvolveremos, é de sublinhar como a arquitectura se tornou marca de afirmação de poder, especialmente de poder simbólico. O potencial panorama do Campo Pequeno até ao Tejo, só acessível a poucos frequentadores da praça, era um argumento que abria um "para lá" do muito que dava a ver: a inscrição da nova cidade (então mais desejo do que realidade) no corpo ribeirinho de Lisboa. N' *O Ocidente* [12] (Figura 6), onde se publicou uma imagem do projeto, comentava-se que a "nova praça de touros" seria "digna de uma capital civilisada".

Em 1890, a Casa Pia abriu concurso para encontrar financiamento para a construção e exploração da praça, mediante o pagamento anual de uma determinada quantia por um período de 90 anos (até 1982). Foram abertos dois

concursos, um com data de 24 de maio de 1890 (publicado no *Diário do Governo* a 26 desse mês), que ficou deserto; e um de 26 de dezembro de 1890 (publicado no *Diário do Governo* a 27 desse mês), ganho pela Empresa Tauromáquica Lisbonense (ETL), única proponente. A adjudicação, cuja escritura data de 23 de julho de 1891, fez-se a Duarte Correia Pinto da Silva, António Anastácio Gomes e Tomás Garcia Puga, que organizaram a ETL, que também tinha entre os seus accionistas fundadores o próprio Ressano Garcia [6]. É de notar que Puga foi um abastado proprietário de uma fábrica de tijolos, no Campo Pequeno, depois emigrado para o Brasil; sendo pai de Hilda Puga, que serviu de modelo a Simões de Almeida (1880-1950) para o busto da República [30].

Hoje em dia, a ladear o portal do torreão principal, existem duas lápides com inscrições incisas. A do lado direito refere a data de inauguração da praça; a do lado esquerdo alude aos vinte fundadores da ETL: Albino José Baptista (comerciante, com loja na Rua Nova do Almada), António Cardoso de Oliveira Júnior (empresário), Alfredo da Ascenção Machado (arquitecto, 1857-1926), António Anastácio Gomes, António Dias da Silva, Domingos Esteves Gouveia, Duarte Correia Pinto da Silva, Frederico Ressano Garcia, Guilherme Aurélio Bizarro da Silva, Cipriano Rodrigues Batalha, Joaquim Pedro Monteiro (toureiro, 1838-1906), José António Fernandes Júnior, José Maria do Espirito Santo Silva (empresário, 1850-1915), José Rodrigues Pires (comerciante), Luís Ernesto Reynaud (arquitecto), Manuel Gouveia Júnior, Manuel Joaquim Alves Diniz, Manuel Luís Fernandes, Raimundo da Silva Leal e Tomás Garcia Puga.

Aberto o concurso para a construção do edifício, foi esta adjudicada ao empreiteiro francês Émile Boussard, e iniciada em agosto de 1891. A 14 de setembro foi enviado um ofício de Dias da Silva para o Provedor da Casa Pia comunicando a entrega à Empresa das cópias do projeto e a oferta à Casa Pia de uma “cópia em perspectiva”. No mês de junho de 1892, o arquitecto Dias da Silva foi residir com a família para uma casa no Campo Pequeno, a fim acompanhar de perto o empreendimento. Contudo, nessa altura terão existido desentendimentos com o fiscal da ETL, Henrique Sabino dos Santos, que dominou a fase final da obra [11]. Segundo o programa do concurso, o edifício deveria ter ficado pronto em abril de 1892, mas a inauguração só decorreu no dia 18 de agosto, com a presença do Infante D. Afonso (1865-1920), Duque do Porto, em representação do Rei D. Carlos (1863-1908). Nessa altura, a construção ainda não estava concluída, mas “a Praça de Touros conquistou imediato reconhecimento abrindo uma das vistas mais populares da nova Avenida Martinho Guimaraes (futura Avenida de Berna)” [8].

Logo em setembro de 1892, Filho de Almeida referia que “A paixão das touradas acaba de soffrer em Lisboa uma recrudescencia aguda desde que se inaugurou no Campo Pequeno o novo circo (...)” [3]. À data da inauguração, faltavam terminar os dois torreões laterais do corpo central,

a cobertura das galerias e alguns trechos do exterior [6, 26]. De facto, as obras continuaram após a inauguração, como se infere de um relatório de Dias da Silva, de 2 de outubro de 1892, onde este menciona que “Estão promptas todas as paredes mestras do edificio em geral”. Em 3 de novembro de 1892, Emile Boussard transferiu para a Empresa Industrial Portuguesa a parte da empreitada respeitante ao “fornecimento e assentamento de varias obras metallicas”, incluindo a armação metálica da cobertura da praça, as cúpulas e a escada circular do interior da cúpula principal [11]. Acrescentamos que a Empresa Industrial Portuguesa era uma fábrica de metalomecânica, pertencente ao Conde de Burnay (1838-1909) e administrada por João Burnay (c. 1844-1903), que fora fundada em 1874 [31].

A Praça de Touros do Campo Pequeno

A praça, depois de construída, seguia o que fora previsto no projeto de Dias da Silva (Figura 6 e Figura 7). Na sua construção destaca-se além do tijolo, o uso do ferro, nomeadamente na estrutura e nas cúpulas, que constituem elementos de modernidade. A utilização de tijolo foi um factor que afastou proponentes para a construção, sendo sugerido pela ETL que este material fosse substituído, porque ainda não era produzido com a perfeição necessária em Portugal – o que não foi aceite pela Casa Pia, porque “prejudicaria gravemente o efeito geral da ornamentação e harmonia do estylo da edificação” [11]. O uso do ferro, com funções não só estruturais como decorativas, também era inovador, com paralelo noutros edificios erigidos em Lisboa, pela mesma altura, como a Estação do Rossio (1890), do arquitecto José Luís Monteiro (1848-1942), o Coliseu (1890) e os Armazéns Grandella (1891), do arquitecto francês Georges Demaye [24]. Sobre o Coliseu, cujo projeto coube a um engenheiro francês François Goullard (a fachada é do arquitecto italiano Cesare Ianz) [32], devemos salientar uma certa semelhança entre o interior deste edificio e o da Praça de Touros, em termos de disposição da plateia e tribuna, apesar do Coliseu adoptar linhas neoclássicas e a Praça linhas neomouriscas, o que se coaduna com a respectiva função dos edificios.

Na aparência exterior da Praça de Touros sobressai a estilística orientalizante, especialmente nas cúpulas bulbosas metálicas, que a diferenciam da praça de Madrid, sugerindo um outro referente mais próximo, o Palacete Ribeiro da Cunha ao Príncipe Real (1877-1878, Lisboa), desenhado por Henrique Carlos Afonso; ou, com outro grau de erudição, o Palácio da Pena (1840-1847) e o Palácio de Monserrate (1858-1863) [33-34], ambos em Sintra. As seis cúpulas da Praça de Touros, uma mais alta no torreão principal, com um miradouro, três mais baixas nos restantes torreões, e duas mais pequenas nas torres circulares que ladeiam a entrada principal, são todas sobrepujadas por um espigão com um crescente e seriam, no projeto inicial, decoradas com estrelas [1, 35]. São elementos arquitectónicos



Figura 7. Praça de Touros do Campo Pequeno. Autor: Margarida Elias, 2016.

que conferem leveza ao edifício, com uma carga cenográfica que sublinha uma configuração romântica de evasão do quotidiano, adequada a um espaço de lazer, lembrando um palácio das “Mil e uma Noites”.

É de notar que embora o formato das cúpulas se assemelhe ao das cúpulas bulbosas, próprias da arquitectura bizantina, russa e hindo-islâmica – como se pode ver, respectivamente, na Basílica de São Marcos (iniciada em 1063, Veneza), na Catedral de S. Basílio (1554-1560, Moscovo) e no Taj Mahal (1630-1648, Agra) – elas inspiram-se talvez em edifícios revivalistas, com referente no Pavilhão Real de Brighton (1787-1823) de William Porden (c. 1855-1922) e John Nash (1752-1835) [36-37]. No entanto adquirem em Lisboa uma certa originalidade pois, em vez de terem um único bolbo, como se vê nesses exemplos, apresentam uma cúpula sobrepujada por um bolbo. Este efeito gera uma aparência mais fantasiosa, pela curva e contra-curva barroquizante, que sublinha o jogo de volumes do edifício circular com quatro torreões nos eixos.

Se exceptuarmos estas cúpulas, há de facto semelhanças entre a Praça do Campo Pequeno e a praça madrilena (Figura 5), por exemplo no uso de tijolo, nos merlões escadecados (que também existem no Palacete Ribeiro da Cunha) ou nas janelas e portas em arcos de ferradura, sobressaindo a porta principal com um grande arco polilobado. Em Lisboa, na fachada exterior desenham-se três andares, sendo o de baixo mais elevado, formando um padrão rítmico com os arcos sobre as portas e janelas, separados por pilastras. Os dois andares de cima são recortados apenas por janelas, que mantêm o mesmo ritmo. Note-se que essa marcação exterior dos andares já existia no antigo Coliseu de Roma, estando também presente na Praça de Touros madrilena. Para além das cúpulas, a Praça de Madrid diferencia-se da lisboeta por uma fachada exterior mais simples, com apenas um torreão correspondente à entrada principal. Os curros no caso de Madrid ficavam num grande edifício anexo, de planta rectangular, que se situava no lado oposto ao da fachada principal. Acresce que no caso de Madrid o muro exterior

era visualmente aligeirado pelo uso de tijolos de duas cores. O interior da arena dos dois edifícios, lisboeta e madrileno, é semelhante, repercutindo a inspiração mourisca, quer nos arcos em ferradura, quer na decoração em rendilhado sobre as arcarias – que remete para o Pátio dos Leões da Alhambra de Granada (1354-1391) ou, mais próximo de Lisboa, para Monserrate. Em Lisboa, a maior carga decorativa foi, naturalmente, guardada para a tribuna real, coroada por um escudo com as armas da coroa portuguesa.

Ao integrarmos a Praça de Touros do Campo Pequeno no revivalismo oitocentista português, interessa considerar que este gosto arquitectónico foi posto em moda pelo supracitado Palácio da Pena, encomendado pelo rei D. Fernando II (1816-1885). Esta estilística evoluiu mais programaticamente para o neomourisco no palacete sintrense de Manuel Pinto da Fonseca, projectado cerca de 1850, por António Tomás da Fonseca (1822-1894). Por outro lado, a Praça de Touros é contemporânea da casa de Conceição e Silva na Avenida da Liberdade, desenhada por Henri Lusseau, outro referente importante desta série estilística. Mais tardio, mas com semelhanças interessantes, é de referir o Mercado Municipal de Loulé, inaugurado em 1908, com projeto do arquitecto lisboeta Alfredo Maria da Costa Campos (1863-1911).

Recorde-se que no opúsculo de 1891, se justificava a opção pelo estilo neomourisco pelo facto ser o “estilo adaptado á época a que remontam as corridas de toiros”, isto é, associando a introdução das touradas às Invasões Árabes, no século VIII. A este propósito, de acordo com Pepe Luís [26]: “(...) dizem os textos antigos que os Árabes quando dominaram a Península vieram dar incremento às corridas de toiros” e “recorreram à lide dos toiros por meio do acosso nos campos e nos circos que os Romanos haviam construído (...)”. Na realidade, tratava-se de uma interpretação da história, pois a tourada, tal como hoje existe, só foi desenvolvida no século XVIII, sendo consensual que a sua origem esteja na civilização de Creta e, depois, no império romano. Mas, na Península Ibérica, já existiam práticas de confronto entre homens e touros em épocas pré-romanas. Menos relevante será, segundo cremos, qualquer elo significativo com as culturas muçulmanas da Ibéria medieval. A verdade é que a escolha da decoração neomourisca para as praças de touros de Madrid e de Lisboa (e de muitas outras) não tem nenhuma inscrição na história da arquitectura europeia, sendo plena invenção do século XIX que procurou tipificar “estilos” para diversos equipamentos. Por exemplo, as primeiras prisões americanas desenhavam-se em estilo neo-egípcio, e as primeiras estações de comboio de Londres inseriam-se num neo-gótico popular a que não faltam algumas sugestões decorativas neomouriscas.

A Praça do Campo Pequeno, ao substituir a demolida praça do Campo de Santana, fê-lo de modo exuberante. A grande escala com que o faz, obriga-nos a considerar que não se tratou apenas de garantir mais segurança, conforto e o acolhimento de públicos em crescimento contínuo. Pretendendo seguir o modelo da praça madrilena inaugurada

em 1874, “em estilo neomudéjar”, o projeto de António José Dias da Silva, que foi uma excelente alternativa, usou naturalmente o mesmo “estilo”, identificado imediatamente pelo material de construção exterior, tijolo avermelhado, muito corrente em toda a estética neomourisca. Contudo, como já foi afirmado por Regina Anacleto, enquanto na Espanha o neomourisco se assumiu como um estilo histórico nacional, em Portugal adquiriu características próprias e ficou a “meio caminho entre a feição exótica que apresentava na Europa e o nacionalismo espanhol (...)”. No nosso país, a gramática neomourisca, esteve na origem da criação de “espaços atractivos e feéricos” [9], de que o Palácio da Bolsa do Porto, concebido pelo arquitecto Gustavo de Sousa (1818-1899) e inaugurado em 1880, é um exemplo mais espectacular. Maria Calado refere que a arquitectura da Praça do Campo Pequeno adquire “qualidade simbólicas que valorizam a função utilitária”, o que por sua vez se enquadra numa “via de interpretação do revivalismo árabe”, sobretudo local e regional, diferente dos “modelos formais – cosmopolitas e exóticos” dos arquitectos franceses contemporâneos [10].

Estamos em crer que existe um exotismo cosmopolita neste edifício do Campo Pequeno, que produz um efeito simultaneamente monumental e feérico. Desde 1936, envolvido pelo Jardim Marquês de Marialva, ganhou um carácter ainda mais cenográfico. Com a escolha do estilo neomourisco não se estava a recordar a História, mas a realçar a particularidade do novo equipamento (nunca se tinham construído praças de touros tão ostensivas, no passado) através de uma cativante imagem arquitectónica, evocando exotismos românticos. Mas, simultaneamente, havia outros empenhos, bem mais pragmáticos: atrair os investimentos para um equipamento cuja certeza de lucro era proclamado na excepcionalidade arquitectónica; dotar o espectáculo da tourada com uma espécie de templo dos tempos modernos, valorizador da particularidade dos seus rituais; enriquecer Lisboa com uma inegável marca de cosmopolitismo, permanentemente procurado pelas sucessivas gerações de cidadãos que estavam a construir a capital do futuro.

O Campo Pequeno depois da Praça de Touros

Vimos como era o Campo Pequeno antes da Praça, iremos agora seguir brevemente a história desta área, após 1892 e nos primeiros anos do século XX. Sendo verdade que a escolha para a nova praça de touros foi justificada pelo plano das avenidas e a sua exacta localização se subordinou a ele, a rápida construção e o sucesso do seu funcionamento não contribuíram para acelerar nem para influenciar o ritmo da penosa edificação das Avenidas Novas. Admitimos, como conjectura plausível, que a nova Praça tenha incentivado a construção dos dois palacetes que marcavam a entrada da Avenida Martinho Guimarães (depois Berna) [8], edificadas em 1906 e 1908, respectivamente para António da Costa

Corrêa Leite (dito Mário Artagão) e Amélia Augusta Pereira Leite, e que são dos mais interessantes construídos no conjunto das Avenidas. O seu arquitecto, Manuel Joaquim Norte Júnior (1878-1962), respondendo sem dúvida ao gosto dos clientes, compôs as fachadas com um deliberado eclectismo, influenciado quer pelas tradições classicistas (o chamado estilo *Beaux-Arts*), quer pelos valores pitorescos da arquitectura dos *chalets*, e ainda por marcações decorativas da Arte Nova [8]. Desses palacetes, sobreviveu o do lado esquerdo de quem entre na avenida, mais “beaux-artiano” e desapareceu desde 1958, o seu *pendant* mais rústico. Os encomendadores vinham de uma burguesia enriquecida no Brasil, destacando-se o caso de Mário de Artagão que foi um poeta e escritor famoso na época.

Quando se contempla uma das mais carismáticas fotografias do sítio talvez dos últimos anos da monarquia, da autoria de Benoliel (Figura 8), embora não se veja a Praça de Touros, sabemos que ela ficava do outro lado da então ainda Avenida Ressano Garcia (depois República), garantindo um reforço à imagem ecléctica e cosmopolita daquela arquitectura burguesa que, noutra ocasião já foi designada por “arquitectura falante”, apropriando um conceito de Emil Kauffmann para a arquitectura francesa do período revolucionário [8, 37]. A amplidão das avenidas (vocacionadas

para receber os automóveis, mas ainda sem eles...) parece ainda maior pela presença dos burros transportando os saloios ou as mercadorias que serviam e alimentavam aquela cidade distante do centro e próxima das hortas suburbanas. As árvores das placas laterais e centrais eram outra marca de modernidade mais higiénica e esteticizada do que a velha Lisboa. Todos estes aspectos ampliavam a discursividade da excepcionalidade do novo bairro, onde o velho espectáculo das touradas decorria num imenso e atractivo edifício e os ricos moradores habitavam casas cujo delineamento e decoração não tinham grandes antecedentes na capital. Ou seja, progresso e modernidade rimavam com exotismo arquitectónico e este era também o contentor de um espectáculo castiço, em vias de se emburguesar.

No entanto, para lá desta imagem promissora, a Avenida Martinho Guimarães interrompia-se logo a seguir pela dificuldade de expropriar um conjunto de propriedades rurais e não havia comunicação com o outro extremo já edificado, próximo do Palácio e da estrada de Palhavã, desenvolvido à ilharga do recente Hospital do Rego (Curry Cabral), inaugurado em 1906. A não existência efectiva da Avenida, apesar da sua entrada promissora frente à nova Praça de Touros, ilustra bem quanto as Avenidas Novas demoraram a transformar-se em bairro [38-39]. Em 1926, os moradores,



Figura 8. Avenida de Berna: cruzamento com a Avenida da República. Autor. Joshua Benoliel, 191?. Imagem do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.

cansados de viver “rodeados de ruas intransitáveis”, recordavam à Câmara que, ela mesma era prejudicada “por não se venderem os terrenos que ali possui”. No ano seguinte, em março de 1927, aprovava-se “a expropriação por utilidade pública da parcela de terreno pertencente aos herdeiros de Fortunato Rosa Canas e destinada à “conclusão das Avenidas de Berna, Elias Garcia, Barbosa du Bocage e Marquês de Tomar” [8]. Só nos anos de 1920 surgem as pastelarias e os cinemas, só nos anos de 1930 é construída a igreja de Nossa Senhora de Fátima e só então se circula em toda a extensão daquela Avenida fronteira à Praça de Touros.

Conclusão

A Praça de Touros era, por volta de 1900, e pelo menos até à primeira Guerra Mundial, um lugar “heterotópico” [40], onde, nos dias de “festa brava” se chegava de eléctrico (desde 1904) [41] ou a pé. Mas foi, sem qualquer dúvida, tal como os poucos palacetes construídos, uma manifestação do desejo propulsor de modernidade. Foi uma espécie de salto para o futuro que o presente não tinha condições de absorver. Essa é a extraordinária força da arte e da cultura: abrir o corpo do futuro, embora a sua concretização possa ser mais problemática do que inicialmente se previa. No nosso artigo vimos como a Praça de Touros, que hoje parece indissociável do panorama lisboeta das Avenidas Novas, situando-se entre o Saldanha e Entre Campos, nasceu com esta zona de Lisboa. Antes da Praça, este era um espaço rural, para onde a Câmara Municipal, encabeçada por Ressano Garcia, planeava a ampliação da cidade. O plano da nova cidade assumia-se numa linguagem urbana mais ampla e moderna, inspirada na Paris do Barão Haussmann (1809-1891). Depois de inaugurada a Praça de Touros, desenhada em estilo neomourisco por Dias da Silva, esta impunha um elemento exótico para aquele lugar, que, contudo, demorou a ser efectivamente urbanizado. De facto, por volta de 1911 (data da planta de Silva Pinto e aproximadamente da fotografia de Benoliel), tendo já passado vinte anos da construção da Praça de Touros, poucas eram as casas construídas. E as novas casas iriam desenhar-se também num espírito eclético e revivalista, ou já Arte Nova, que irmanava com a cenografia da Praça do Campo Pequeno.

REFERÊNCIAS

1. Silva, R. H. da, *As Avenidas Novas de Lisboa: 1900-1930*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (1985).
2. Linch, K., *A imagem da cidade*, Edições 70, Lisboa (1982).
3. Almeida, F., *Os Gatos*, vol. 6, Livraria Clássica Editora, Lisboa (1933).
4. *O António Maria*, 25 de agosto de 1892.
5. Araújo, N. de, *Peregrinações em Lisboa*, vol. 14, Veja, Lisboa (1992).
6. *O Século*, 16 de agosto de 1941.
7. França, J.-A., *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. 2, Bertrand Editora, Lisboa (1990).
8. Silva, R. H. da, 'Das Avenidas Novas à Avenida de Berna', *Revista de História da Arte* 2 (2006) 126-141.
9. Anacleto, M. R., *Arquitectura Neomedieval Portuguesa: 1780-1924*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra (1992).
10. Galado, M., *A Cultura Arquitectónica em Portugal: 1880-1920: Tradição e Inovação*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa (2003).
11. Morais, A. M., *A Praça de Toiros de Lisboa*, (s.n), (s.l.) (1992).
12. *O Ocidente*, 11 de julho de 1891.
13. Norberg-Schulz, C., *Genius loci: Towards a phenomenology of architecture*, Academy Editions, Londres (1980).
14. Araújo, N. de, *Inventário de Lisboa*, fasc. 5, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa (1947).
15. Fava, D. J., *Carta topographica de Lisboa e seus suburbios comprehendendo na sua maior extensão desde o Convento dos Religiosos Barbadinhos Italianos até a Bateria do Bom Successo e na maior largura desde o Terreiro do Paço até o Campo Pequeno / levantada no Anno de 1807 debaixo da direcção do Cappm. Engenheiro Duarte José Fava*, Caza do Risco das Obras Públicas, Lisboa (1833).
16. Salgueiro, A. S. G., *A companhia Real dos Caminhos de Ferro portugueses: 1859-1891*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (2008).
17. Silva, R. H. da (dir), *Lisboa de Frederico Ressano Garcia: 1874-1909*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa (1989).
18. Pinto, J. A. V. da S., 'Levantamento da Planta de Lisboa', in *LXI*, Câmara Municipal de Lisboa (1911), <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/> (acesso em 2018-10-11).
19. *Diário Popular*, 23 de julho de 1984.
20. Cameira, I., *A Fábrica de Cerâmica Lusitânia*, Apenas Livros, Lisboa (2008).
21. Torres, C. M., 'A evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário', *Gazeta dos Caminhos de Ferro* 1682 (1958) 61-64.
22. Costa, L. de M. e, 'Caminhos de Ferro Portuguezes. A linha de cintura de Lisboa', *O Ocidente* 339 (1888) 115-116.
23. Pinheiro, M., "Impacto da construção ferroviária sobre a cidade de Lisboa", in *III Congresso de História Ferroviária*, Gijón (2003), www.docutren.com/archivos.htm (acesso em 2018-10-15).
24. Ribeiro, I. M.; Tavares, M. M. P. F.; Matos, F., *Do Saldanha ao Campo Grande: Os originais do Arquivo Municipal De Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa (1999).
25. Gutiérrez Ballesteros, J. M., 'Las plazas de toros de Madrid', *Cisneros: crónica provincial* (1 de outubro de 1956).
26. Luís, P., *Lisboa das Toiradas*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa (1947).
27. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 8, Editorial Enciclopédia, Lisboa e Rio de Janeiro (1935-1957) p. 947.
28. Pedreirinho, J. M., *Dicionário dos Architectos activos em Portugal do século I à actualidade*, Afrontamento, Porto (1994).
29. Viterbo, S. (coord), *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ao Serviço de*

- Portugal*, vol. 3, Imprensa Nacional, Lisboa (1922).
30. Delimbeuf, K., 'A mulher invulgar que deu o rosto à República', *Expresso* (5 de outubro de 2016), <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-10-05-A-mulher-invulgar-que-deu-o-rosto-a-Republica#gs.jN1ZdFg> (acesso em 2018-10-16).
31. Mónica, M. F., 'Capitalistas e industriais (1870-1914)', *Análise Social*, **23**(99) (1987) 819-863.
32. Vilaverde, M., 'Rua das Portas de Santo Antão e a singular modernidade lisboeta (1890-1925): arquitetura e práticas urbanas', *Revista de História da Arte* **2** (2006) 142-176.
33. Coutinho, G., *A propósito do Palácio de Monserrate*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa (2004).
34. Neto, M. J., *Monserrate: A Casa Romântica de uma Família Inglesa*, Caleidoscópio, Casal de Cambra (2015).
35. Soromenho, M., 'Praça de Touros do Campo Pequeno, in *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, ed. F. de Almeida, vol. 5, Assembleia Distrital de Lisboa, Lisboa (2000).
36. Conner, P., *Oriental Architecture in the West*, Thames and Hudson, London (1980).
37. Kaufmann, E., *Three Revolutionary Architects: Boullée, Ledoux, and Lequeu*, Vol. 42, American Philosophical Society, Philadelphia (1952).
38. Dionísio, S. (ed), *Guia de Portugal, Generalidades: Lisboa e Arredores*, vol. 1, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (1979).
39. *Ilustração Portuguesa*, 22 de abril de 1907.
40. Silva, R. H. da, 'Arquitectura de veraneio: alguns tópicos sobre o que é e algumas pistas sobre o que falta saber', *Monumentos. Cidades. Património* **31** (2011) 84-91.
41. Vieira, A. L., *Os transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa (1982).

RECEBIDO: 2020.1.23

REVISTO: 2020.6.21

ACEITE: 2020.10.4

ONLINE: 2020.11.18



Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>.